

# FRANCISCO MIRAGLIA

## 87-89



O período de maio/87 a maio/89 foi repleto de lutas, algumas conduzindo a vitórias importantes do movimento docente. Há muito do que falar e o espaço é limitado. Irei me concentrar nas questões de caráter mais local, se bem que todas tenham repercussões nacionais:

1) O III Congresso de docentes, alunos e funcionários e a reforma dos estatutos da USP; 2) A famigerada “lista dos improdutivos”; 3) A greve de 88 e a obtenção da autonomia e do reajuste mensal de salários.

A chapa Participação, oposição às diretorias da Adusp entre maio/79 e maio/87, foi eleita para o biênio maio/87 a maio/89.

Fundada em 83, a Participação é uma corrente de opinião e ação política formada por docentes da USP, militantes da luta pela democracia social, econômica e política. Concorremos às eleições para a diretoria da Adusp a partir

de maio de 1983, postulando a necessidade de que a entidade se tornasse um instrumento efetivo de luta dos docentes da USP, seja nas nossas questões específicas, seja nas questões gerais da universidade e da sociedade. Sempre presentes na vida política da Adusp, tivemos papel importante nas lutas travadas desde a sua fundação, em 76, principalmente após a posse do governador Franco Montoro em 83.

Francisco Miraglia (IME), Flávio Aguiar (FFLCH), Márcia R. Car (Enfermagem), Amando S. Ito (Física), Henrique A. Cunha Jr. (Engenharia de São Carlos), Kátia Primavera (Farmácia) e Carlos Alberto B. Tomaz (FFCLRP), formavam a diretoria da Adusp a partir de junho/ 87.

A primeira tarefa da nova diretoria foi estabelecer uma infraestrutura mínima para que a Adusp pudesse ser um instrumento da luta organizada. Boletins periódicos, clareza e presteza na informação, abertura da associação à

participação dos associados, estímulo à constituição de grupos de trabalho sobre os principais temas da nossa intervenção política, foram algumas das providências fundamentais. As instâncias de discussão e deliberação coletivas da entidade, Assembléias Gerais e Conselho de Representantes, passaram a ser os fóruns de decisão dos rumos da entidade. Importante também foi desenvolver a capacidade de analisar tecnicamente a evolução dos orçamentos públicos. Além da capacidade de argumentação política, era necessário saber discutir “os números”...

A “abertura democrática” (na realidade, uma tentativa de controle conservador do fim da ditadura militar) induziu na USP o debate sobre a modificação dos Estatutos, impostos pelos militares. Era central que o corpo da universidade discutisse os rumos da instituição, em particular a concepção de universidade que deveria pautar a redação dos seus estatutos. Com este fim, foi orga-

nizado, no segundo semestre de 87, o III Congresso da USP. Cerca de 250 delegados eleitos nas unidades da USP compareceram às sessões do Congresso, cujas deliberações foram submetidas a plebiscito. As resoluções do plebiscito tornaram-se balizas nacionais, especialmente para o Movimento Docente, através da Andes.

Os arquivos da Adusp mostram que a concepção de universidade que emergiu do III Congresso era a de uma articulação orgânica de trabalhadores intelectuais, não de um amontoado de especialistas, cujo nexos global só é dado pelo poder institucional. Por isto mesmo, postulava a democratização de todos os níveis de poder, a autonomia da universidade em relação a governo e a partidos, juntamente com a constituição de um Conselho Social amplo, órgão de discussão e avaliação das relações da universidade com a sociedade. A questão da avaliação era tratada com o respeito devido ao trabalho individual e às necessidades da instituição. A universidade pública deveria construir a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, representando um instrumento de reversão da injustiça social e econômica do Brasil.

As propostas do plebiscito foram apresentadas, como emendas, à proposta oficial de estatuto feita por uma comissão do Conselho Universitário (CO), coordenada pelo futuro reitor (na época, vice-reitor), Roberto Lobo.

Muitos dos artífices da violência cometida pelos militares contra a universidade estavam (e ainda

estão) ocupando cargos de importância na universidade. Além disso, o reitor José Goldemberg, já havia dado mostras de que preferia manter a estrutura como estava. A Adusp fez uma campanha para que o voto sobre as questões estatutárias no CO fosse aberto e nominal. Nem esta providência mínima de democracia e transparência foi adotada. Ficou claro que o processo estatuinte patrocinado por Goldemberg serviu para que as oligarquias que passaram a controlar a universidade com os ventos de “democratização” – muitos ardentes democratas antes de assumir algum poder – instituísem para si os privilégios, o sigilo, a falta de transparência, democracia e compromisso com o público dos tempos do arbítrio. Não houve nenhum prurido em utilizar o estatuto da ditadura para promulgar um “novo”, na realidade pior do que o anterior. A única proposta do plebiscito que foi aprovada foi o encurtamento da carreira docente com a criação da função de professor associado. O poder institucional na USP, arrogante e prepotente, não mostrou nenhuma disposição à negociação e ao diálogo, o oposto do que deveria vigir numa universidade.

Muito embora tenhamos nos organizado para fazer propostas e discutir idéias, a transformação dos estatutos da USP exigia alguma forma sustentada de desobediência civil, que mostrasse à oligarquia no poder que não poderia usurpar a universidade. Como esta ação estava, na época, fora das possibilidades organizativas das

categorias, convivemos com estatutos autoritários e que dão poderes imperiais ao reitor. Tenho certeza que ainda não está escrito o último capítulo desta história. A cúpula dirigente da USP mostra sinais cada vez mais claros de que está incapacitada para a condução intelectual da universidade.

Garantidos estatutos autoritários, em 21 de fevereiro de 88, José Goldemberg e assessores atacam traiçoeiramente a USP, seu corpo docente e a universidade pública. O futuro ministro do governo Collor fornece à *Folha de S. Paulo* uma lista de docentes que é publicada, nominalmente, sob o título “lista dos improdutivos”. O corpo docente está em estado de choque, submetido a agressão e humilhação gratuitas, injustificadas e irresponsáveis. Como esperado, o CO jamais tomou as providências cabíveis de apuração das responsabilidades e punição dos responsáveis. O debate sobre avaliação que havia se desenrolado até aquela data mostrava que Goldemberg e cia. não desejavam discutir coisa alguma, mas criar um clima de terror que viabilizasse o controle do corpo docente. Um episódio ilustra bem esta diretriz. A Adusp convidou José Goldemberg, Eunice Durham, Florestan Fernandes e Miriam Limoeiro Cardoso para um debate sobre a questão da avaliação. Eu presidia a mesa, no Anfiteatro Abraão de Moraes, quando entraram no plenário um grupo de alunos, protestando contra a atitude do reitor de fechar uma sala dos estudantes no prédio da História. Subitamente,

descobrimos que o anfiteatro estava cercado pela Polícia Militar, convocada, evidentemente, pelo reitor. O então diretor da Física foi negociar a retirada do aparato militar. Por iniciativa de Florestan Fernandes, o debate foi suspenso; o reitor tinha, mais uma vez, conseguido evitar a discussão pública das suas idéias.

A única resposta adequada à agressão da “lista dos improdutivos” era exigir a renúncia do reitor. Por outro lado, pouco adiantava a diretoria da Adusp exigir a renúncia do reitor; era necessário que houvesse disposição coletiva dos professores em sustentar este embate. Como no caso dos estatutos, não tivemos força política para isto. Compreensivelmente, muitos colegas ficaram preocupados em limpar seu nome, publicamente difamado, enviando respostas à *Folha de S. Paulo*, que veiculou estas notas durante muito tempo, sem nunca mudar a referência à “lista dos improdutivos”. Uma comissão eleita em assembléia da Adusp escreveu uma resposta contundente ao ocorrido. Flávio Aguiar e eu levamos o documento para a editoria da *Folha*. Foi publicado em letra corpo 8, num canto insignificante do jornal.

A nossa incapacidade de reagir adequadamente ao “listão” está custando caro à universidade. Deu força a uma avaliação institucional intelectualmente raquítica, desrespeitosa da diversidade do trabalho acadêmico, do ensino e da extensão de interesse social.

Em meio a todos estes acontecimentos, os nossos salários tinham

seu valor real diminuído dia a dia. Na época participávamos do Grupo dos 19, um conjunto de entidades do Funcionalismo Estadual que representava, na mesa de negociações, o movimento organizado dos servidores públicos estaduais. Havíamos tentado de tudo: ofícios, paralizações, conversa com secretários de governo, com reitores. Orestes Quércia era governador e Alberto Goldman, seu secretário de Governo. No dia 21 de setembro de 1988, havia sido marcada uma reunião no Palácio dos Bandeirantes para discutir a proposta de política salarial do governo. A Adusp chegou a esta reunião já em greve. Iniciava-se a maior greve de docentes e funcionários das estaduais paulistas, desde 1979.

Os docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp permaneceram firmes na luta, mesmo quando voltaram ao trabalho a Saúde e a Educação de 1º e 2º graus. A indignação com as nossas condições de vida e trabalho forneceu energia para organizar um movimento forte, coeso e que, encerrando o governo do Estado e os reitores, obteve vitórias importantes e que permaneceram conosco até recentemente.

O Ato SOS Universidade, realizado no anfiteatro de Convenções da USP no dia 18 de ou-

tubro de 1988, contando com a presença de mais de mil pessoas, entre elas personalidades do mundo científico, artístico e cultural, trouxe solidariedade e folego à luta das três universidades estaduais.

No dia 27 de outubro de 1988, diante da tergiversação do governo Quércia, foi marcado Ato Público na frente do Palácio dos Bandeirantes. Quércia decide bater em professores e funcionários que se aproximavam do Palácio. A repercussão da agressão foi imensa. Pressionado pela nossa presença (foto ao lado), Quércia, que havia encerrado as negociações, se dispõe a reabrilas, marcando uma reunião imediata na Secretaria de Ciência e Tecnologia, lá na Avenida Rio Branco. Realizamos um ato de repúdio à violência do governo do Estado, com participação significativa da sociedade civil. Como o governo Quércia, embora desgastado, continuava a evitar propostas concretas, a greve continuou, com novo ato no Palácio dos Bandeirantes no dia 10 de novembro. Aproximavam-se as eleições de novembro de 1988.





Passadas as eleições, o governo Quéricia, constatando a perda das principais prefeituras do Estado, decidiu endurecer de vez com os movimentos reivindicatórios que o enfrentavam. Só como exemplo, tinha oferecido 35% de reajuste para os metroviários, que recusaram a proposta. O governador mandou cancelar qualquer reajuste para a categoria, que foi obrigada a suspender o movimento grevista e amargar perda salarial ainda maior.

Neste quadro, foi necessário discutir a saída de uma greve de cerca de 70 dias, que tinha mais uma vez mostrado que a nossa organização é capaz de influir decisivamente nos rumos da universidade. Este debate, que demonstrou a democracia das instâncias deliberativas da Adusp, foi da melhor qualidade, discutindo a possibilidade de ainda obtermos concessões concretas do governo Quéricia.

Uma lição importante de 88 é que, dada a falta completa de de-

mocracia social, as vitórias muitas vezes vêm depois da greve suspensa, fruto do desgaste político imposto pelo movimento.

No dia 26/12 /88 uma comissão do governo aceita proposta formulada pela Adusp e endossada por outras entidades do funcionalismo, prevendo reajuste mensal de salários segundo uma fórmula envolvendo as variações mensais do ICMS e de um índice de custo de vida. Esta fórmula é imediatamente comunicada aos reitores, para que pressionem pela sua implantação imediata.

O governo Quéricia percebe que a fórmula de reajuste mensal tinha sido negociada a partir do poder de fogo do movimento das universidades estaduais. Não haveria porque repassá-lo a todo funcionalismo, aparentemente com problemas de mobilização. Em fevereiro de 89, Quéricia edita um decreto-lei dando autonomia de gestão financeira para as uni-

versidades estaduais, destinando 8,4% da cota parte estadual do ICMS para as três universidades. Muito embora tenhamos declarado desde logo que 8,4% eram insuficientes, a greve de 88 obtinha uma vitória estratégica: a autonomia em relação ao governo do Estado. Como consequência, tivemos reajustes mensais de salários a partir de janeiro de 89, até que esta política salarial fosse cancelada, sem nego-

ciação, pelas atuais reitorias.

Voltávamo-nos agora para a defesa da Educação e Saúde Públicas, bem como da ampliação da dotação da Fapesp para 1% do ICMS na Constituinte Estadual. Mas isto já é outra estória...

A oportunidade de escrever sobre este período traz reflexões novas sobre o já pensado e tantas vezes discutido, ao mesmo tempo em que renova um contato consciente com afetos importantes. Tenho imenso carinho pela idéia da organização autônoma de base, onde nos juntamos para discutir os rumos da nossa vida e dos nossos afazeres. Penso que está aí a energia para transformar. Tenho, portanto, especial carinho com a Adusp. Continuarei a investir o meu trabalho para que esta organização dos professores da USP, permanecendo autônoma, democrática e crítica, seja mais um instrumento da nossa luta contra toda e qualquer forma de opressão.